



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



CONTRATO Nº 020/2026

O(A) **Município de Bocaina de Minas**, inscrito no CNPJ nº 18.194.076/0001-60, com sede na Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaina de Minas, MG, representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal, Exmo(a) Sr (a) Luzimar de Moura Benfica, a seguir denominado **COMPRADOR** e as empresas **KWANZA INVESTIMENTOS, PARTICIPACOES, CONSULTORIA, CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.966.440/0001-59, situada na RUA Navajas, 450, Bairro Carmo, Cidade Mogi das Cruzes - SP, CEP: 08710-250, representada pelo Sr. Clécio de Miranda Lima, CPF nº 232.xxx.xxx-00 e **T L CONSTRUCAO CIVIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.143.804/0001-09, situada na Rua Luiz da Silva Pires, 782, Bairro Oliveira, Cidade Mogi das Cruzes – SP, CEP: 08.790-210, representada pelo Senhor Gustavo Toledo Lima, CPF nº 273.xxx.xxx-92, a seguir denominados **VENDEDORES**, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento no **Processo nº 035/2026 - Inexigibilidade nº 09/2026**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a **Aquisição de terreno localizado na Rua Joaquim Maciel para construção de uma Creche Municipal e futuras instalações Educacionais**, nos termos e condições especificadas no Termo de referência parte integrante e inseparável deste contrato.

1.2 – Descrição do imóvel: O imóvel objeto da presente aquisição está inscrito na matrícula nº 17.257 (registro anterior R1 da matrícula 16.929) do Cartório de Registro de Imóveis de Aiuruoca, conforme abaixo transcrito:

IMÓVEL: Lote de terreno urbano, situado à Rua Intendente Mário Benfica, Centro, na cidade de Bocaina de Minas-MG, medindo doze mil, quatrocentos e oitenta e quatro metros e noventa e cinco decímetros quadrados (12.234,95m²), dentro das seguintes divisas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto PT-V-01, de coordenadas N 7.548.984,24m e E 562.923,11m; deste segue confrontando pela frente com a Rua Intendente Mario Benfica, com azimute de 245°57'05,27" por uma distância de 19,39m, até o ponto PT-V-02, de coordenadas N 7.548.976,34m e E 562.905,41m ; deste segue com azimute de 245°42'09,38" por uma distância de 9,96m, até o ponto PT-V-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



03, de coordenadas N 7.548.972,24m e E 562.896,33m ; deste segue com azimute de 243°41'38,19" por uma distância de 19,91m, até o ponto PT-V-04, de coordenadas N 7.548.963,42m e E 562.878,48m; deste segue com azimute de 245°21'30,75" por uma distância de 14,31m, até o ponto PT-V-05, de coordenadas I 7.548.957,45m e E 562.865,47x ; deste segue com azimute de 239°49'45,70" por uma distância de 25,03m, até o ponto PT-V-06, de coordenadas N 7.548.944,87m e E 562.843,83m ; deste segue com azimute de 232°56'39,52" por uma distância de 19,93m, até o ponto PT-V-07, de coordenadas N 7.348.932,86m e E 562.827,92m ; deste segue com azimute de 234°13'45,49" por uma distância de 10,13m, até o ponto PT-V-08, de coordenadas N 7.548.926,94m e E 562.819,71m ; deste segue com azimute de 230°57'08,51" por uma distancia de 13,99m, até o ponto PT-V-09, de coordenadas N 7.548.918,12m e E 562.808,84m; deste segue com azimute de 234°25'25,37" por uma distância de 5,01m, até o ponto PT-V-10, de coordenadas N 7.548.915,21m e E 562.804,76m ; deste segue confrontando com a propriedade de Claudia Fonseca de Almeida e outros, com azimute de 310°12'44,96" por uma distância de 56,73m, até o ponto PT-V-11, de coordenadas N 7.548.951,83m e E 562.761,44m ; deste segue confrontando com a propriedade de Sebastião Luiz Maciel, com azimute de 46°57'10,35" por uma distância de 14,50m, até o ponto PT-V-12, de coordenadas N 7.548.961,73m e E 562.772,04m ; deste segue com azimute de 44°20'37,21" por uma distância de 39,25m, até o ponto PT-V-13, de coordenadas N 7.548.989,81m e E 562.799,48m ; deste segue com azimute de 41°54'56,51" por uma distância de 14,03m, até o ponto PT-V-14, de coordenadas N 7.549.000,24m e E 562.808,85m; deste segue com azimute de 41°00'52,39" por uma distância de 12,25m, até o ponto PT-V-15, de coordenadas N 7.549.009,49m e E 562.816,89m ; deste segue com azimute de 25°14'47,72" por uma distância de 6,35m, até o ponto PT-V-16, de coordenadas N 7.549.015,23m e E 562.819,60m; deste segue com azimute de 14°21'50,05" por uma distância de 15,29m, até o ponto PT-V-17, de coordenadas N 7.549.030,05m e E 562.823,39m ; deste segue com azimute de 6°01'55,23" por uma distância de 8,61m, até o ponto PT-V-18, de coordenadas N 7.549.038,60m e E 562.824,29m; deste segue com azimute de 22°00'54,41" por uma distância de 18,14m, até o ponto PT-V-19, de coordenadas N 7.549.055,42m e E 562.831,09m ; deste segue com azimute de 49°48'46,17" por uma distância de 10,95m, até o ponto PT-V-20, de coordenadas N 7.549.062,49m e E 562.839,46m ; deste segue com azimute de 30°04'26,98" por uma distância de 7,21m, até o ponto PT-V.21, de coordenadas N 7.549.068,73m e E 562.843,07m ; deste segue com azimute de 50°26'12,75" por uma distância



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



de 4,96m, até o ponto PT-V-22, de coordenadas N 7.549.071,89m e E 562.846,89m ; deste segue com azimute de 49°08'54,63" por uma distância de 4,14m, até o ponto PT-V-23, de coordenadas N 7.549.074,59m e E 562.850,02m ; deste segue com azimute de 44°53'57,23" por uma distância de 7,01m, até o ponto PT-V-24, de coordenadas N 7.549.079,56m e E 562.854,97m ; deste segue com azimute de 59°51'31,53" por uma distância de 6,61m, até o ponto PT-V-25, de coordenadas N 7.549.082,87m e E 562.860,68m ; deste segue com azimute de 74°43'37,92" por uma distância de 11,45m, até o ponto PT-V-26, de coordenadas N 7.549.085,89m e E 562.871,73m ; deste segue confrontando com a propriedade de Claudia Fonseca de Almeida, com azimute de 153°11'01,10" por uma distância de 113,90m, até o ponto PT-V-01, onde teve início essa descrição.

1.4 - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, quando elaborado, Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, eventuais anexos dos documentos supracitados, ambos constantes deste Processo de contratação direta.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente contrato é celebrado com fundamento Inciso V do art. 74, Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Orgânica do Município de Bocaina de Minas e Lei Municipal 1343/2026.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis meses) meses, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021, a contar da data de sua assinatura, com prorrogação automática se o objeto não for concluído no período, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

4 - CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, subcontratação, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 - O valor total da aquisição será de **R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 - CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. Os pagamentos deverão ser efetuados nas seguintes contas correntes dos vendedores:

6.2.1. KWANZA INVESTIMENTOS, PARTICIPACOES, CONSULTORIA, CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA –

Banco do Brasil - 001
Ag. 294-1
Conta Corrente: 27374-0

6.2.2. T L CONSTRUCAO CIVIL LTDA

Nubank - 260
Agência: 001
Conta Corrente: 55145977-3

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 - O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DA ESCRITURA PÚBLICA E DA TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE

8.1. A lavratura da escritura pública definitiva de compra e venda deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste contrato, cabendo ao COMPRADOR adotar todas as providências necessárias à sua formalização.

8.2. Correrão por conta exclusiva do COMPRADOR as despesas relativas à lavratura da escritura pública, ao registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, ao recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), bem como todos os demais emolumentos, taxas e encargos incidentes sobre a operação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



8.3. Os VENDEDORES comprometem-se a apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após solicitação formal, toda a documentação necessária à lavratura da escritura pública, que, por ventura ainda tenha sido apresentados, incluindo, sem limitação:

- I – certidão de matrícula atualizada do imóvel (com prazo máximo de 30 dias de emissão);
- II – certidões negativas de débitos fiscais (federais, estaduais e municipais);
- III – certidões negativas de ações reais e pessoais reipersecutórias;
- IV – documentos pessoais dos proprietários (RG, CPF, certidão de casamento, quando cabível);
- V – instrumento de procuração com poderes específicos para a venda, se aplicável;
- VI – demais documentos exigidos pelo tabelião competente e pela legislação municipal.

CLÁUSULA NONA – DA POSSE E DA TRADIÇÃO

9.1. A posse direta do imóvel será transmitida ao COMPRADOR na data do pagamento, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias à lavratura da escritura pública, obrigando-se os VENDEDORES a entregar o imóvel livre e desembaraçado de ocupantes, ônus, impedimentos ou quaisquer restrições que comprometam sua plena utilização, ressalvada disposição expressa em contrário entre as partes.

9.2. Os VENDEDORES declaram, neste ato, que o imóvel objeto deste contrato encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames, dívidas, hipotecas, penhoras, servidões não averbadas ou quaisquer outras restrições que possam impedir ou prejudicar a plena e regular transferência da propriedade ao COMPRADOR.

CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS VENDEDORES

10.1. São obrigações dos VENDEDORES:

- I – apresentar toda a documentação necessária para a lavratura da escritura pública, conforme Cláusula Oitava;
- II – garantir a titularidade plena e exclusiva sobre o imóvel, respondendo por eventuais reivindicações de terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



III – comunicar imediatamente ao COMPRADOR qualquer fato que possa comprometer a regularidade da transação;

IV – comparecer perante o Cartório de Notas competente para a lavratura da escritura pública na data designada;

V – responder pela evicção nos termos do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR

11.1. São obrigações do COMPRADOR:

I – efetuar os pagamentos nas datas e condições estabelecidas neste contrato;

II – comparecer perante o Cartório de Notas competente para a lavratura da escritura pública na data designada;

III – providenciar o registro da escritura pública no Cartório de Registro de Imóveis competente;

IV – manter a destinação pública do bem, observadas as diretrizes do planejamento municipal.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado, que possam impactar no cumprimento das obrigações relacionadas a LGPD.

12.5 - Quando for o caso, terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, quando cabível.

12.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo(a) Município de Bocaina de Minas, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

13.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa o pretendente ou o LOCADOR(A)/CONTRATADO(A) que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c. Dar causa à inexecução total do contrato;

d. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;*
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de contratação ou a execução do contrato;*
- i. Fraudar a o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;*
- L. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

14.2. O pretendente ou contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência no caso da falta prevista na alínea "a" deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.1. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "h" a "L" do subitem 12.1, de 15% a 25% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 15% a 25 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" a "g" do subitem 12.1, a multa será de 7% a 15% do valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 7% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "g", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "L", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave conforme §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.11 - O(A) Contratado(a) declara plena ciência das hipóteses de infrações e sanções previstas neste contrato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

15.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

16.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Bocaina de Minas, para o exercício atual, na classificação abaixo:

4.4.90.61.00.2.03.01.12.365.0018.1.0004 CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1 - Os casos omissos serão decididos pelo(a) Município de Bocaina de Minas, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



18.2 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1 - Incumbirá ao(a) Município de Bocaina de Minas divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, salvo a exceção prevista no inciso III, c/c parágrafo único do art. 176, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em observância ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do município, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Bocaina de Minas, 12 de maio de 2026

Luzimar de Moura Benfica
Prefeito Municipal
COMPRADOR

KWANZA INVESTIMENTOS, PARTICIPACOES, CONSULTORIA,
CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA
Clécio de Miranda Lima
VENDEDOR

T L CONSTRUCAO CIVIL LTDA
Gustavo Toledo Lima
VENDEDOR